RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.216.436 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
RECTE.(S) : **MUNICÍPIO DE FARROUPILHA**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA**
RECDO.(A/S) : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
INTDO.(A/S) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
INTDO.(A/S) : **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FARROUPILHA**
ADV.(A/S) : **HILARIO ANTONIO LOVATTO**

DECISÃO: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que, em juízo de admissibilidade, entendeu que nas alegações do recurso, quanto à afronta aos artigos 29, V e VI; e 39, § 4º, da Constituição Federal, restou demonstrada que a decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência desta Corte; além de entender que a controvérsia dos autos é idêntica à versada no RE 650.898, Tema 484 (Vol. 2, fls. 291-294).

De plano, verifica-se que contra a decisão de não admissão do apelo extremo foi interposto agravo, tal como previsto no art. 1.042 do Código de Processo Civil. Entretanto, ante a declaração de inadmissibilidade do recurso extraordinário, era cabível o agravo interno para o órgão colegiado competente.

Ademais, impende registrar que não se admite a fungibilidade do recurso em agravo interno no caso de erro grosseiro, o que ocorre na espécie. Nesse sentido, veja-se a ementa do seguinte julgado:

ARE 1216436 / RS

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DECISÃO DO TRIBUNAL A QUO QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-B DO CPC). DESCABIMENTO DO AGRAVO PREVISTO NO ART. 544 DO CPC. CABIMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL (OU INTERNO) PARA A ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO APÓS 19.11.2009. É pacífico o entendimento desta Corte de que, por não se cuidar de juízo negativo de admissibilidade de recurso extraordinário, não é cabível o agravo previsto no art. 544 do Código de Processo Civil, para atacar decisão de Presidente de Tribunal ou Turma Recursal de origem que aplique a sistemática da repercussão geral. A parte que queira impugnar decisão monocrática de Presidente de Tribunal ou de Turma Recursal de origem, proferida nos termos do art. 543-B do CPC, deve fazê-lo por meio de agravo regimental (ou interno). Inaplicável a conversão do presente recurso em agravo regimental a ser apreciado pela origem, já que a jurisprudência desta Corte já fixou entendimento de que após 19.11.2009, data em que julgado o AI 760.358-QO, a interposição do agravo previsto no art. 544 do CPC configura erro grosseiro. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 761.661 AgR, Rel. Min. PRESIDENTE, Plenário, DJe 29.4.2014 – Grifos originais)

Sendo assim, não conheço do recurso quanto à matéria debatida no Tema 484 da sistemática da repercussão geral.

No que tange às questões remanescentes, observa-se que eventual divergência em relação ao entendimento adotado pelo juízo *a quo*, demandaria o reexame de normas infraconstitucionais, o que inviabiliza o processamento do apelo extremo.

ARE 1216436 / RS

Ante o exposto, não conheço do agravo em relação à parte em que aplicado o precedente da sistemática da repercussão geral, nos termos do artigo 932, III, do Código de Processo Civil, e nego provimento ao recurso no que tange às questões remanescentes, com base no art. 932, IV, *a*, do mesmo Código.

Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 2019.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

Documento assinado digitalmente